

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978

menta nova ad Corporis volumen 11« (aliás não citados na bibliografia). Tal correspondência deverá ser incluída na bibliografia de cada inscrição e, no final, em quadros sinópticos. Assim nos aperceberemos melhor das variantes de leitura e das inovações introduzidas.

A província de Cáceres reveste-se, no domínio de Epigrafia Romana, duma importância relevante, já pela tipologia das inscrições, já pelas divindades indígenas aí documentadas, já pelo enorme contributo prestado ao estudo da onomástica peninsular aí largamente registada. E, neste aspecto, há três autores que não podem ser esquecidos: PALOMAR LAPESA (M.), *La Onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, Salamanca, 1957 ; UNTERMANN (Jürgen), *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965; ALBERTOS (Maria de Lourdes), *Nuevos Antroponimos Hispánicos*, «Emerita» XXXII 1964 p. 209-252, XXXIII 1965, p. 109-143, XL 1972, p.1-29, 287-318.

Regozijamo-nos, pois, com o aparecimento deste *Corpus*; fazemos votos sinceros de que o seu Autor não esmoreça e lance mãos, de imediato, à refundição da obra a que entusiasticamente se dedicou. Merece-o a epigrafia de Cáceres.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Philip BARKER, *Techniques of Archaeological Excavation*. Londres, B. T. Batsford, 1977. 1 vol., 25 cms, 280 p., 86 figs. £ 4.75.

Barker, professor de Arqueologia Pós-Romana na Universidade de Birmingham, não pretendeu escrever *O Completo Escavador*. Não se propõe ensinar como se escava qualquer tipo de estação em qualquer tipo de solo. A obra tem, como o autor reconhece, um certo carácter autobiográfico, procurando exemplos e lições sobretudo no período alto-medieval em que o autor é especialista. A dificuldade de compreender as estruturas de madeira, comuns nos períodos medieval e pré-histórico, quando se adopta a escavação por quadrados de que Wheeler foi o grande divulgador nos anos 1930, leva Barker a defender, com insistência e firmeza, a escavação horizontal. A experiência de qualquer escavador ensina que nem sempre se vêm a observar no corte todos os estratos escavados no interior de um quadrado; o método dos quadrados, por conseguinte, nem sempre permite a visão global e simultânea dos estratos — visão que, em princípio, constitui uma das suas principais justificações. O mesmo método, é certo, permite uma clara definição das relações entre estratos e muros — mas esta vantagem, importante na arqueologia romana, ou, mais genericamente, na escavação de estruturas de pedra, pouco ou nada significa na arqueologia pré-histórica ou medieval. Em desfavor do método dos quadrados, por outro lado, pode alegar-se que mutila os planos horizontais, ou os esconde sob os muros de separação dos quadrados, impe-

Conimbriga, 17 (1978), 157-182

dindo assim uma visão global da estrutura em planta. A escavação horizontal não está condicionada por uma grelha determinada; descobre-se em extensão, como quem enrola um tapete para ver o que debaixo dele se esconde; a área a escavar sem interrupção coincidirá vantajosamente com *um* edifício; a escavação procede a uma remoção de todos os estratos de uma determinada época para deixar à vista, globalmente, os da época anterior; como diz Barker, a escavação deve estar constantemente *em fase*, isto é, o olhar deve poder abarcar todas as estruturas contemporâneas.

Uma escavação horizontal tem de resolver o problema do *corte*. isto é, tem de proporcionar uma secção vertical em que seja observável a sucessão dos estratos. O desenho rigoroso na horizontal, acompanhado de medições de nível abundantes e exactas, permite, concluída a escavação, desenhar um corte ideal em qualquer ponto que se pretenda. Não é este método, porém, o que tem o favor de Baker. Pronuncia-se o autor por aquilo a que chama o *corte cumulativo*: a escavação procede até uma determinada linha; desenha-se aqui o corte então visível, seja espesso ou delgado; logo a escavação se continua para além dessa linha, ou melhor, desse plano vertical em que provisoriamente se deteve a fim de permitir o desenho; atingido o limite da área a escavar, volta-se ao princípio; de todas as vezes que a escavação atinge aquela determinada linha, o respectivo corte então visível é desenhado. Assim, nunca teremos debaixo de vista a sucessão completa dos estratos; de cada vez não observaremos mais que a estratigrafia correspondente a uma fase da ocupação; mas pela junção (pela acumulação) dos desenhos obteremos um corte completo.

O método exige um rigorosíssimo levantamento. Gostaríamos de ver tratados com mais vagar os problemas do levantamento, sobre os quais Barker é, infelizmente, muito sumário. Não podemos, todavia, deixai de nos render (embora não incondicionalmente) à sua defesa do método horizontal. Defesa firme, mas não intransigente, pois Barker não condena em absoluto a escavação vertical, que se pode adequar à escavação de um edifício romano. Simplesmente, as unidades ou caixotões da escavação não deverão ser inflexíveis quadrados de dimensões pré-determinadas; deitar abaixo um muro de separação de quadrados, fazer coincidir os caixotões da escavação com as salas do edifício — são adaptações aconselháveis do método ao tipo de estrutura que se descobre. E, mesmo na escavação dos edifícios romanos, Barker considera o método horizontal adequado e vantajoso.

Se a defesa deste método é um *leit-motiv* da obra, outro é a condenação ou pelo menos a expressão de sérias reservas às valas de sondagem. Mutilam, mais do que fevelam; arriscam-se a passar à margem das estruturas que se procuram; a mutilação dificultará a interpretação a quem ulteriormente retomar os trabalhos para uma escavação completa; da parte descoberta não se poderá deduzir a totalidade da planta (excepto, porventura, no caso de edifícios romanos estereotipados e regulares). Barker, porém, não pode ignorar que não há tempo nem capitais para escavar a totalidade dos vestígios actualmente descobertos pela fotografia aérea; esta, frequentemente, propor-

ciona uma razoável ideia da planta, mas recomenda ou exige pelo menos uma vala de sondagem para determinar a cronologia. É um dos casos em que a vala, diz Barker, é admissível, embora se tenha de considerar, cautelosamente, que a vala poderá não ser exemplificativa da totalidade da estação. Por outro lado, tendo efectuado várias escavações de emergência, Barker também não pode deixar de reconhecer que algumas valas de sondagem são, por vezes, a única possibilidade. Considera, porém, preferível escavar mais extensivamente uns tantos sítios e limitar-se nos outros a anotar o que as máquinas vão revelando e destruindo do que realizar iguais sondagens em todos. E com optimismo nota que as escavações de emergência vão diminuindo, graças a um planeamento que previne com maior antecedência das demolições e vai permitindo escavações mais vagarosas e completas.

A obra de Barker não se reduz à discussão destes importantes problemas de fundo. Dá conselhos sobre o equipamento, a maneira de utilizar uma colher de trolha, o auxílio que podemos retirar de uma máquina escavadora (e os perigos de que devemos estar advertidos), o tratamento dos objectos saídos da escavação; informa sobre os abrigos, a maneira de manter neles uma atmosfera razoavelmente húmida, os cuidados a ter para evitar o colapso de uma vala ou de um poço ou ainda a multiplicação das ervas numa escavação que tem de ser deixada de um ano para o outro; recomenda princípios de disciplina e hierarquia necessários ao êxito da escavação; elucida sobre os processos de recuperar os restos orgânicos que não se reconhecem de imediato à vista desarmada; orienta na preparação do relatório de escavações, tema a que consagra um capítulo em que os problemas económicos merecem tanta atenção como os científicos.

Outros temas ainda são tratados por Barker. Assim, por exemplo, o problema do registo dos factos, que implica um claro e simples sistema de coordenadas, um rigoroso levantamento topográfico, uma completa cobertura fotográfica, fichas, cadernos de apontamentos a utilizar no terreno; ou a cronologia e a função dos monumentos, que se deduz, não apenas da planta, mas dos achados — cerâmica, moedas, pequenos objectos, ossos — cuja localização no plano horizontal é tão importante como no vertical.

Manual completo? Sem dúvida que o não é. Barker, porém, não pretendeu apresentar *as* técnicas de escavação; apenas *algumas* técnicas de escavação; e sistematicamente, nos pontos em que a informação é mais resumida, remete para autores cujas obras ou artigos o dispensam de mais longo tratamento dos temas. A obra é um constante apelo ao rigor, ao bom senso, à imaginação do escavador, à sua colaboração com os cientistas; numerosos exemplos, referidos a propósito, por vezes de escavações ainda inéditas, mostram quão longe se pode ir na reconstituição do passado quando se interpretam inteligentemente os resultados de uma escavação rigorosa. A obra de Barker não será o manual mais aconselhável para iniciar alguém na arqueologia; não ensina dogmaticamente mas ajuda a reflectir — e nessa medida mais facilmente entenderá a obra e maior proveito tirará dela quem tenha já alguma experiência de escavações e de leitura de relatórios.

Algumas gralhas tipográficas, algumas obras injustificadas ou incompletamente citadas na bibliografia, algumas plantas que ocupam duas páginas e não se podem apreciar devidamente porque a brochura o impede — são pequenas deficiências que não diminuem o valor deste oportuno manual.

J. ALARCÃO

Paul DUFURNET, *Pour une archéologie du paysage. Une communauté agraire secrète et organise son territoire. Bassy et alentours (Haute-Savoie et Ain)*. Paris, Picard, 1978. 24 cms, 398 p., 54 figs.

Inspector-geral do Ministério do Equipamento, Dufournet não é historiador nem arqueólogo; é arquitecto e urbanista, para quem nenhum estudo de ordenamento de um território se deveria fazer sem ter em conta a história dessa região. O trabalho de um responsável pelo ordenamento, na fase de reconhecimento do território, é — diz (p. 19) — um trabalho de geógrafo, de historiador, de arqueólogo.

Tomou o autor por objecto de estudo uma pequena comuna rural da Alta Saboia: Bassy; e pretende, nesta obra, mostrar como uma comunidade agrária organizou o seu território. Classifica o trabalho de *arqueologia da paisagem*. Arqueologia da paisagem e história da paisagem parecem, para o autor, ser sinónimos. Sê-lo-ão?

Uma região, um território, não é um espaço *dado*, um espaço *permanente*; é um espaço que os homens organizaram, traçando caminhos, arroteando terras, plantando sebes, explorando nascentes de água, construindo as suas casas, implantando a sua igreja; é um espaço que factores de ordem económica, tecnológica, social, vão transformando: aqui, um campo de centeio passa a ser semeado de milho porque este é mais rentável; além, um moinho de vento fica abandonado porque a revolução industrial trouxe a fábrica de moagem; mais além ainda, uma vasta propriedade foi partilhada pelos vários herdeiros do seu anterior dono. A paisagem tem, pois, uma história; sem investigação histórica não há compreensão da paisagem. Recorrer à história para compreender a paisagem é fazer geografia histórica. Se os documentos de arquivo não são abundantes (como é o caso de Bassy), há que recorrer a plantas cadastrais, à toponímia, à arqueologia, há que lançar mão da fotografia aérea, da palinologia, da etnografia, para conhecer quando é que estas terras foram arroteadas, emparceladas ou divididas, quando é que surgiu esta povoação, quando é que este lugar foi primeiramente ocupado ou este caminho traçado. Neste caso, podemos falar de *arqueologia da paisagem*. Geografia histórica e arqueologia da paisagem não são, pois, termos diferentes: o objecto é o mesmo; divergem apenas as fontes. Melhor ainda: diverge o valor relativo das várias fontes de que se lança mão, pois nenhuma paisagem (europeia) é inteiramente destituída de documentos escritos.

Conimbriga, 17 (1978), 157-182